



**CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO**  
PRAÇA DA REPÚBLICA, 53 – CENTRO/SP - CEP: 01045-903  
FONE: 2075-4500

PROCESSO	CEESP-PRC-2025/00094		
INTERESSADO	Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis		
ASSUNTO	Aprovação do Projeto Pedagógico do Curso de Especialização em Direito Previdenciário na Prática		
RELATOR	Cons. Décio Lencioni Machado		
PARECER CEE	Nº 210/2025	CES "D"	Aprovado em 13/08/2025 Comunicado ao Pleno em 20/08/2025

**CONSELHO PLENO**

**1.RELATÓRIO**

**1.1 HISTÓRICO**

O Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis, por meio de ofício anexo, apresentou solicitação de Aprovação do Projeto Pedagógico do Curso de Especialização em Direito Previdenciário na Prática, em conformidade com as diretrizes estabelecidas na Deliberação CEE 223/2024.

A Assessoria Técnica da Câmara de Educação Superior, no contexto da análise do Projeto Pedagógico do Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Direito Previdenciário na Prática, apresentado pelo Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis (IMESA), identificou a ausência de definição clara quanto à previsão de início do Curso, conforme exigência do artigo 19 da Deliberação CEE 223/2024, que determina o protocolo do pedido de aprovação com antecedência mínima de seis meses antes da data prevista para início da oferta.

Diante disso, foi expedido o Ofício AT 153/2025, solicitando diligência para esclarecimentos sobre eventual início da oferta antes da aprovação, previsão de data para início da primeira turma e eventuais ações institucionais de divulgação do Curso, com prazo de resposta de 10 (dez) dias úteis.

Em atendimento, por meio do Ofício 21/2025 - DIRIMESA, datado de 23/06/2025, a Instituição informou que não houve início da oferta do Curso, tampouco publicação de edital, abertura de inscrições ou divulgação institucional. Indicou, ainda, que a previsão para o início da primeira turma é fevereiro de 2026, respeitando o prazo regulamentar estipulado na Deliberação CEE 223/2024.

**1.2 APRECIÇÃO**

**Dados Institucionais**

Recredenciamento	PARECER CEE 07/2025, Portaria CEE-GP 17/2025, pelo prazo de 5 anos.
Direção	Diretor: Prof. Dr. Ricardo Estefan

**Dados do Curso**

Carga Horária	450 horas
Duração	15 meses incluindo a orientação de Trabalho de Conclusão de Curso e Atividades Complementares
Início	Fevereiro de 2026
Vagas/turma	60
Integralização	18 meses
Horário de funcionamento	<b>Sextas-feiras:</b> das 19h às 23h10 (com 10 min de intervalo) <b>Sábados:</b> das 8h às 13h10 (com 10 min de intervalo)
Público-alvo	Graduados em curso superior em Direito, reconhecido pelo MEC, incluindo advogados, juizes, promotores, procuradores e demais operadores do Direito.
Coordenação	<b>Prof. Dr. Luciano Tertuliano da Silva</b> <ul style="list-style-type: none"><li>• Graduado em Direito – Faculdades Unificadas de Foz do Iguaçu – Foz do Iguaçu – PR.</li><li>• Especialista em Direito Aplicado - Escola de Magistratura do Paraná – Curitiba- PR.</li><li>• Mestre em Direito do Estado pela PUC/SP</li><li>• Doutor em Direito do Estado pela USP – Universidade de São Paulo</li><li>• Juiz Federal Presidente dos Juizados Especiais Federais de Presidente Prudente/SP</li></ul> Lattes: <a href="http://lattes.cnpq.br/1422030684749754">http://lattes.cnpq.br/1422030684749754</a>

**Justificativa para a oferta do Curso**

É indiscutível a alta densidade valorativa do Direito Previdenciário no seio da sociedade brasileira, porquanto a maioria esmagadora da classe trabalhadora está obrigatoriamente vinculada ou ao Regime Geral



de Previdência Social ou a regimes previdenciários próprios ou, ainda, a regimes complementares, isso quando não perfilhada em ambos simultaneamente, mesmo em menor escala.

A par disso, aludidos regimes veem na política pública seu instrumento de regulação e/ou de concretização, a qual se alterna constantemente à luz de alterações nos cenários econômico, político e social, vindo daí o motivo pelo qual a seara previdenciária ostenta a qualidade de altamente volátil, já que experimenta constantemente mudanças importantes necessariamente deflagradoras de irritação no sistema judiciário, onde aportam as causas fitadas à análise dos reflexos na seara jurídica de órgãos públicos e cidadãos.

É pautado nessas peculiaridades que a especialização em Direito Previdenciário tem, por excelência, o compromisso de oportunizar aos profissionais do direito a atualização e refino do conhecimento jurídico na perspectiva específica da área de concentração do Curso, lapidando-os para o melhor desempenho profissional, dotando-os dos mecanismos doutrinário e jurisprudencial e atualizando-os em relação às modificações procedidas na legislação constitucional e infraconstitucional alusiva ao tema, com ênfase na utilização da técnica processual mais adequada à solução dos casos práticos.

O Curso tem por objetivo, também, atender às demandas regionais em função da existência expressiva de pretensões neste seguimento específico e a escassez de oferta profissional qualificada que o presente programa buscará, que o Curso fita atenuar.

De outra parte, cumpre destacar a importância de estudo que viabilize abordagem de texturas jurídicas inovadoras como aquelas trazidas pela promulgação da Lei 13.183, de 4 de novembro de 2015, na qual foi convertida a Medida Provisória 676/2015, além da Emenda Constitucional 103, de 2019, enfrentando os arvoramentos autoritários com elas trazidos.

O Curso, visa ainda, fornecer uma revisão das estruturas conceituais em sua dimensão teórico-prática, fazendo o acompanhamento da doutrina pátria e estrangeira, bem como desfiando as mais complexas e atuais decisões dos tribunais pátrios.

Inolvidável, ainda, a questão do acesso à ordem jurídica justa, procurando mostrar as diferentes formas de tratar e reparar os conflitos jurídicos.

Despertar o alunado para reflexão crítica, axiológica, epistemológica, estrutural e funcional dos conteúdos é vocação permanente do programa, organizado enquanto Curso de especialização em Direito Previdenciário.

#### **Objetivos Do Curso**

O Curso tem por objetivo geral abordar os fundamentos do Direito Previdenciário, discutindo criticamente sua constitucionalização, aprofundando em conceitos básicos e analisando a legislação pertinente de par com o estudo da complexidade dos conflitos de interesses.

#### **Objetivos Específicos Do Curso**

- Formar recursos humanos pós-graduados na área de Direito Previdenciário.
- Proporcionar novos conhecimentos que possam oportunizar um maior desenvolvimento da aplicação do direito, no campo jurídico-social do país.
- Capacitar, em nível de Lato-Sensu – Especialização, profissionais graduados em Direito que atuam ou pretendem atuar nas diversas áreas jurídicas, como operadores do direito.

#### **Público-Alvo e Forma de Ingresso**

É direcionado aos graduados em curso superior em Direito, reconhecido pelo MEC, advogados, juízes, promotores, procuradores e operadores do Direito, em geral.

#### **Processo Seletivo e Critérios de Seleção dos Candidatos**

- Ordem de matrícula;
- Observância do limite legal de vagas;
- Processo seletivo em caso de suplantado o limite máximo de vagas.



### **Critérios de Avaliação**

O(a) aluno(a) deverá obter frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) e nota mínima de 7,0 (sete) em cada avaliação, bem como participar da aplicação de exercícios práticos

Elaborar Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo).

### **Controle de Frequência e Participação**

O controle de frequência e participação será feito seção de alunos e disponibilizado aos alunos no sistema do Portal Acadêmico da FEMA.

### **Trabalho de Conclusão de Curso – Tcc**

Ao final do Curso, em cronograma a ser apresentado pela Coordenação, o estudante apresentará um Trabalho de Conclusão do Curso de Especialização, no formato de Artigo Científico.

O trabalho será apresentado como requisito parcial à obtenção do Certificado de Conclusão do Curso de Especialização.

### **Biblioteca**

A documentação encaminhada contempla informações relativas à estrutura de biblioteca disponibilizada aos estudantes do curso de Especialização em Direito Previdenciário na Prática, conforme as exigências da Deliberação CEE 223/2024, em especial no que se refere à infraestrutura acadêmica mínima e aos recursos de apoio didático-pedagógico.

#### **Características Gerais**

A biblioteca da FEMA conta com um acervo físico composto por 11.921 títulos, sendo 32.963 exemplares no total. Desses, 3.462 títulos atendem ao curso de Direito, que possui 10.456 exemplares no total para serem utilizados tanto no curso de graduação regular. Segue endereço eletrônico para consulta do acervo físico: <https://cepein.fema.edu.br/aplicacoes/extra-fema/consulta-acervo-biblioteca>

Além disso, a Instituição conta com três Bibliotecas Virtuais (Digitais), com a finalidade de atender à demanda de todos os cursos, oferecendo a alunos e professores acesso exclusivo a títulos disponibilizados em formato digital, conforme descrito a seguir:

#### **Minha Biblioteca**

A plataforma Minha Biblioteca atende a boa parte das referências bibliográficas adotadas em cada um de nossos cursos, bem como a demanda de nossos docentes e discentes. É uma plataforma que oferece às instituições de ensino superior o acesso a livros técnicos, científicos e profissionais de qualidade, visto ser composta por um grupo de editoras de destaque, tais como Grupo A, Gen, Atlas, Manole, Saraiva, Guanabara, LTC, ROCA, McGraw Hill, Cengage, Cortez, Grupo Autêntica, Zahar, entre outras.

Todos os docentes e discentes da Instituição têm acesso ilimitado, via Internet, ao acervo completo da plataforma, que conta com mais de 15.000 títulos. A coleção MB- Jurídica, que faz parte do acervo e atende prioritariamente ao curso de Direito, disponibiliza cerca de 3.200 títulos da área, dos quais 66 são indicados pelos professores, contemplando temas específicos como Direitos Humanos, Direito Civil, Penal, Internacional, entre outros, além de oferecer acesso a algumas publicações periódicas da área. Destaca-se a renovação constante do acervo apresentada pela plataforma, o que permite o acesso ao conteúdo mais atual divulgado na área.

Além do acesso online de qualquer lugar do mundo, que é uma das tendências do ensino inovador e dinâmico, a plataforma oferece ainda ferramentas que atuam como estratégias de aprendizagem relevantes, tais como acesso ao mesmo conteúdo de forma simultânea por usuários, compartilhamento de realces e anotações nos textos, marcadores de páginas, pesquisa por palavras-chave e fácil acesso ao sumário.

#### **Target GEDWeb**

O Target GEDWeb é um Sistema de Gestão de Normas e Documentos Regulatórios que permite o acesso unificado a normas técnicas e regulamentos de variadas áreas. Ele rastreia e atualiza, diária e automaticamente, regulamentações técnicas - mais de 17.000 Normas ABNT NBR/NM e mais de 16.000 normas internacionais e estrangeiras; 49 entidades internacionais (BSI, AFNOR, AENOR, JIS, ASME, API,



IEEE, NFPA e outras); mais de 42.000 Diários Oficiais; projetos de norma brasileira em consulta nacional; mais de 13.000 regulamentos técnicos/portarias do INMETRO (Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia); normas regulamentadoras do MTE (Ministério do Trabalho e Emprego); mais de 135.000 resoluções ANEEL (Agência Nacional do Sistema Elétrico); procedimentos ONS (Operador Nacional do Sistema Elétrico); mais de 125.000 procedimentos ANVISA (Agência Nacional de Vigilância Sanitária); mais de 132.000 resoluções MAPA (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento); legislações CONAMA etc.

Considerando o conteúdo apresentado, o sistema Target GEDWeb, para o curso de Direito, contempla as necessidades de acesso às regras de produção intelectual em âmbito acadêmico e facilita o acesso a documentos regulatório e legislações, reunindo as publicações em um único espaço.

#### Thomson Reuters Proview (RT Proview)

A Thomson Reuters Proview trata-se de um acervo digital específico para a consulta de conteúdo destinado a estudantes e profissionais do Direito. A biblioteca digital destinada aos docentes e discentes do curso de Direito da FEMA dá acesso a mais de 3.000 títulos, incluindo 13 obras indicadas pelos professores, da área jurídica publicados por profissionais e editoras de relevância na área.

#### Da Certificação

O Certificado de Conclusão correspondente será concedido aos discentes que tenham, comprovadamente, frequentado pelo menos 75% da carga horária prevista para cada componente do Curso e atingido o mínimo de aproveitamento estabelecido no Projeto do Curso e nas normas da Instituição.

Os Certificados, expedidos e registrados em livro próprio da Instituição, estarão acompanhados do respectivo Histórico Escolar, com as seguintes informações:

- Identificação da Instituição, citação do ato legal de credenciamento ou recredenciamento e a aprovação do referido Curso, nos termos da supracitada deliberação 223/2024 do CEE;
- Modalidade e estrutura curricular do curso;
- Estrutura Curricular do Curso, com Carga Horária, Nota de Aproveitamento e nome do docente e a sua titulação máxima, para cada um dos Componentes Curriculares;
- Conceito ou média final global de aproveitamento e percentual global de frequência;
- Período em que foi ministrado o Curso e sua Carga Horária Total;
- Título do Trabalho de Conclusão do Curso, com a respectiva nota, conceito ou menção obtida;
- Localização da sede e do local de realização do curso.

#### Matriz Curricular Carga Horária de Cada Componente Curricular

O Curso terá duração de 450 horas, sendo 270 horas para disciplinas, 90 horas de Estudos de Casos Concretos, 90 horas para Confecção do Artigo de Conclusão de Curso Orientação e Desenvolvimento, distribuídas no período do Curso.

#### Matriz Curricular

COMPONENTES CURRICULARES	
Disciplinas	Carga Horária
Panorama do RGPS e Teoria Geral dos Benefícios Previdenciários	9
Regime Previdenciário dos Trabalhadores Rurais	9
Aposentadoria por Tempo de Contribuição	9
Aposentadoria Especial e Aposentadoria por Idade	9
Benefícios por Incapacidade: Aposentadoria por Invalidez, Auxílio-Doença e Auxílio-Acidente	9
Dos Precatórios	9
Decadência e Prescrição: Reflexos Práticos	9
Teoria Geral do Plano de Custeio da Seguridade Social	9
Noções Práticas de Cálculo e de Reajustes do Benefício Previdenciário – Tomo I	9
Noções Práticas de Cálculo e de Reajustes do Benefício Previdenciário – Tomo II	9
Processo Administrativo Previdenciário	9
Processo Judicial Previdenciário	9
Regime Privado e Regime Público de Previdência Complementar	9
Direito Previdenciário Militar	9
Teses Revisionais sob a perspectiva dos Tribunais Superiores – Tomo I	9
Teses Revisionais sob a perspectiva dos Tribunais Superiores – Tomo II	9
Benefícios concedidos aos Dependentes e Benefícios Assistenciais	9



Questões Tributárias no Direito Previdenciário – Tomo I	9
Questões Tributárias no Direito Previdenciário – Tomo II	9
Judicialização do Direito à Saúde	9
Atuação do INSS à luz da Teoria dos Atos Administrativos: Densidade Argumentativa Previdenciária	9
Sistema Especial de Inclusão Previdenciária	9
Vícios de Constitucionalidade promovidos pela Emenda Constitucional n. 103/2019	9
Técnicas e Requisitos do Trabalho Científico	9
Crimes Contra a Previdência Social – Tomo I	9
Crimes Contra a Previdência Social – Tomo II	9
Perícia Médica nas Ações Previdenciárias	9
Judicialização e Ativismo Judicial no Direito Previdenciário	9
Temas de Direito Previdenciário no STF, STJ e TNU	9
Limbo Trabalhista Previdenciário	9
Material Complementar e Estudos de Casos Concretos	90
Confecção do Artigo de Conclusão de Curso: Orientação e Desenvolvimento	90
<b>Carga horária total</b>	<b>450</b>

### Corpo Docente

PROFESSOR	TITULAÇÃO	FORMAÇÃO	DISCIPLINA
<b>Bruno Cesar Lorencini</b> <a href="http://lattes.cnpq.br/9913809834674511">http://lattes.cnpq.br/9913809834674511</a>	Doutor	Juiz Federal Doutor pela USP – Universidade de São Paulo Doutor pela Universidade de Salamanca - Espanha Mestre pela Universidade Presbiteriana Mackenzie	• Vícios de Constitucionalidade promovidos pela Emenda Constitucional n. 103/2019
<b>Clênio Jair Schulze</b> <a href="http://lattes.cnpq.br/8948874571106150">http://lattes.cnpq.br/8948874571106150</a>	Doutor	Juiz Federal Doutor e Mestre pela Universidade do Vale do Itajaí	• Judicialização do Direito à Saúde • Questões Tributárias no Direito Previdenciário – Tomo I • Questões Tributárias no Direito Previdenciário – Tomo II
<b>Emerson Costa Lemes</b> <a href="http://lattes.cnpq.br/3637692407009176">http://lattes.cnpq.br/3637692407009176</a>	Especialista	Perito Previdenciário Graduado em Ciências Contábeis pela Universidade Estadual de Londrina – UEL Especialista pelo Complexo de Ensino Superior de Santa Catarina – CESUSC Mestrando pela Universidade Estadual de Londrina – UEL	• Noções Práticas de Cálculo e de Reajustes do Benefício Previdenciário: Divisor Mínimo introduzido pela Lei 14.331/2022 – Tomo I • Noções Práticas de Cálculo e de Reajustes do Benefício Previdenciário: Divisor Mínimo introduzido pela Lei 14.331/2022 – Tomo II
<b>Fábio Vinicius Davoli Bianco</b> <a href="http://lattes.cnpq.br/4784404512940350">http://lattes.cnpq.br/4784404512940350</a>	Especialista	Médico Perito Judicial Especialista em Perícias Médicas pela Universidade Estadual de Londrina - UEL	• Perícia Médica nas Ações Previdenciárias
<b>Fernando Antonio Soares de Sá Júnior</b> <a href="http://lattes.cnpq.br/5913266533123160">http://lattes.cnpq.br/5913266533123160</a>	Mestre	Advogado Mestre pelo Centro Universitário Eurípides de Marília	• Aposentadoria por Tempo de Contribuição
<b>Fladimir Jerônimo Belinati Martins</b> <a href="http://lattes.cnpq.br/1362007736554627">http://lattes.cnpq.br/1362007736554627</a>	Doutor	Juiz Federal Doutor e Mestre pela Instituição Toledo de Ensino - ITE	• Panorama do RGPS e Teoria Geral dos Benefícios Previdenciários
<b>Geisla Luara Simonato</b> <a href="http://lattes.cnpq.br/8258375588991271">http://lattes.cnpq.br/8258375588991271</a>	Mestre	Advogada Mestre pela PUC/SP	• Temas de Direito Previdenciário no STF, STJ e TNU
<b>Heloisa Helena Silva Pancotti</b> <a href="http://lattes.cnpq.br/1948241510029657">http://lattes.cnpq.br/1948241510029657</a>	Doutora	Advogada Doutora pela UENP Mestre pela UNIVEM	• Regime Privado e Regime Público de Previdência Complementar • Judicialização e Ativismo Judicial no Direito Previdenciário
<b>Jane Lucia Wilhelm Berwanger</b> <a href="http://lattes.cnpq.br/0639219966970906">http://lattes.cnpq.br/0639219966970906</a>	Doutora	Advogada Previdenciária Doutora em Direito Previdenciário pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP Mestre pela Universidade de Santa Cruz do Sul	• Regime Previdenciário dos Trabalhadores Rurais
<b>Leonardo Estevam de Assis Zanini</b> <a href="http://lattes.cnpq.br/8214409754548917">http://lattes.cnpq.br/8214409754548917</a>	Livre- Docente	Juiz Federal Doutor e Livre-Docente pela USP Mestre pela Pontifícia Universidade de São Paulo – PUC/SP	• Benefícios por Incapacidade: Aposentadoria por Invalidez, Auxílio-Doença e Auxílio-Acidente • Benefícios concedidos aos Dependentes e Benefícios Assistenciais
<b>Luciano Tertuliano da Silva</b> <a href="http://lattes.cnpq.br/1422030684749754">http://lattes.cnpq.br/1422030684749754</a>	Doutor	Juiz Federal Presidente dos Juizados Especiais Federais de Presidente Prudente/SP Doutor em Direito do Estado pela USP – Universidade de São Paulo Mestre em Direito do Estado pela PUC/SP	• Decadência e Prescrição: Reflexos Práticos • Atuação do INSS à luz da Teoria dos Atos Administrativos: Densidade Argumentativa Previdenciária • Crimes Contra a Previdência Social – Tomo I • Crimes Contra a Previdência Social – Tomo II • Direito Previdenciário Militar
<b>Marcelo Rodrigues da Silva</b> <a href="http://lattes.cnpq.br/7653728896">http://lattes.cnpq.br/7653728896</a>	Doutor	Procurador Federal Doutor pela USP Mestre pela UENP	• Direito Previdenciário Militar • Sistema Especial de Inclusão



449707			Previdenciária • Processo Administrativo Previdenciário • Processo Judicial Previdenciário
<b>Marco Aurélio Serau Júnior</b> <a href="http://lattes.cnpq.br/4872132272952651">http://lattes.cnpq.br/4872132272952651</a>	Doutor	Advogado Doutor pela Universidade Federal do Paraná – UFPR Mestre pela USP – Universidade de São Paulo	• Teses Revisionais sob a perspectiva dos Tribunais Superiores – Tomo I • Teses Revisionais sob a perspectiva dos Tribunais Superiores – Tomo II • Limbo Trabalhista Previdenciário
<b>Mauro Spalding</b> <a href="http://lattes.cnpq.br/0803275449071235">http://lattes.cnpq.br/0803275449071235</a>	Mestre	Juiz Federal Mestre pela PUC-PR	• Dos Precatórios
<b>Omar Chamon</b> <a href="http://lattes.cnpq.br/5471246379221748">http://lattes.cnpq.br/5471246379221748</a>	Mestre	Mestre em Direito Previdenciário pela PUC- SP	• Aposentadoria Especial e Aposentadoria por Idade
<b>Thiago Medeiros Caron</b> <a href="http://lattes.cnpq.br/1627108770022647">http://lattes.cnpq.br/1627108770022647</a>	Mestre	Advogado Mestre pela Fundação Eurípes Marília	• Teoria Geral do Plano de Custeio da Seguridade Social
<b>Wagner Wilson Deiró Gundim</b> <a href="http://lattes.cnpq.br/9744255875865234">http://lattes.cnpq.br/9744255875865234</a>	Doutor	Advogado Doutor pela PUC-SP Doutorando pela USP Mestre pela Universidade Presbiteriana Mackenzie	• Técnicas e Requisitos do Trabalho Científico

### Corpo Administrativo

O Curso contará com o suporte direto de 3 funcionários administrativos alocados na Seção de Alunos da FEMA, responsáveis pelas seguintes funções:

- Atendimento e suporte aos alunos (secretaria acadêmica)
- Apoio aos professores e coordenação nas atividades presenciais
- Organização de prontuários, registros e materiais pedagógicos
- Logística de salas, equipamentos e cronogramas.

Esses colaboradores já integram o quadro funcional da Fundação Educacional do Município de Assis (FEMA) e estarão vinculados ao atendimento das demandas específicas do IMESA, garantindo a operacionalização adequada do Curso.

### Instalações / Infraestrutura e Recursos de Acessibilidade

#### Salas de aula

A FEMA atualmente possui a disposição 40 salas de aula medindo em média 85m<sup>2</sup> cada. Elas estão equipadas com lousas, computador, tela de projeção e projetor com kit de recursos multimídia, internet e intranet disponível tanto nos aparelhos de uso coletivo quanto pessoal, para atender alunos, professores e outros que venham a desenvolver atividades no local. O acesso varia de acordo com a qualidade da cobertura do sinal da conexão sem fio. Em todas as salas é realizado serviço de manutenção e conservação, sendo os espaços distribuídos de maneira estratégica no que concerne à infraestrutura para facilitar o suporte ao atendimento e ao Projeto Pedagógico.

A infraestrutura e disposição das salas atendem às normas de segurança vigentes de acordo com o tamanho e capacidade de cada espaço. Os espaços de aulas também apresentam conforto térmico e luminoso adequado com boa ventilação e ar-condicionado, contando também com carteiras e mesas ergonômicas.

## 2. CONCLUSÃO

**2.1** Aprova-se, com fundamento na Deliberação CEE 223/2024, o Projeto Pedagógico do Curso de Especialização em Direito Previdenciário na Prática, do Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis, com 60 (sessenta) vagas por turma.

**2.2** A divulgação e a matrícula para o Curso só poderão ocorrer após publicação do ato autorizatório.

São Paulo, 11 de agosto de 2025.

**a) Cons. Décio Lencioni Machado**  
Relator



**3. DECISÃO DA CÂMARA**

A CÂMARA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR adota, como seu Parecer, o Voto do Relator.

Presentes os Conselheiros Anderson Ribeiro Correia, Bernardete Angelina Gatti, Cláudio Mansur Salomão, Décio Lencioni Machado, Eliana Martorano Amaral, Hubert Alquéres, Marco Aurélio Ferreira, Marcos Sidnei Bassi, Roque Theophilo Filho e Rose Neubauer.

Reunião por videoconferência, 13 de agosto de 2025.

**a) Cons. Hubert Alquéres**

Presidente da Câmara de Educação Superior

**DELIBERAÇÃO PLENÁRIA**

O CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO toma conhecimento, da decisão da Câmara de Educação Superior, nos termos do Voto do Relator.

Reunião por Videoconferência, em 20 de agosto de 2025.

**a) Consª Maria Helena Guimarães de Castro**

Presidente

PARECER CEE 210/2025 - Publicado no DOESP em 21/08/2025 - Seção I - Página 24  
Portaria CEE-GP 271/2025 - Publicada no DOESP em 22/08/2025 - Seção I - Página 30

